

**FACULDADE JOSÉ AUGUSTO VIEIRA
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

CRISTÓVÃO BETO DE SANTANA

**MARCO CRUZ DAS ALMAS E A QUESTÃO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM LAGARTO**

**LAGARTO
2008**

CRISTÓVÃO BETO DE SANTANA

**MARCO CRUZ DAS ALMAS E A QUESTÃO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM LAGARTO**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Licenciatura em História da Faculdade José Augusto Vieira, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Graduado.

Orientador:

Prof. Msc. Claudefranklin Monteiro Santos

LAGARTO
2008



**FACULDADE JOSÉ AUGUSTO VIEIRA
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOSÉ AUGUSTO VIEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

CRISTÓVÃO BETO DE SANTANA

**MARCO CRUZ DAS ALMAS E A QUESTÃO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM LAGARTO**

Monografia apresentada ao Colegiado do
Curso de Licenciatura em História da
Faculdade José Augusto Vieira, como
requisito parcial para a obtenção do Grau
de Graduado.

Aprovada em: ____/____/____

Prof.^a Msc. Edna Maria Matos Antônio
(Coordenadora de TCC)

Prof. Msc. Claudefranklin Monteiro Santos
(Coordenador de Curso e Orientador)

Dedico esse trabalho a todos aqueles que, de uma maneira geral, dedicam parte de sua vida a essa questão do patrimônio histórico, que tange a conservação e preservação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que, diretamente ou indiretamente, contribuíram nessa tarefa tão importante de pesquisar o patrimônio histórico e aprofundar no acervo patrimonial de Lagarto. Sinto-me lisonjeado em ter no meu currículo essa tarefa, tão necessária para os meios acadêmicos, na certeza que tais contribuições foram necessárias para que nossa pesquisa chegasse a esse patamar.

Aos meus colegas e professores que com o passar dos anos se debruçaram na tarefa da pesquisa histórica, sem eles talvez não fosse suficientemente eficaz a nossa pesquisa, em dar os primeiros passos para o aprimoramento dessa grandeza que é a história ao estudar os monumentos históricos, nós estamos adentrando num passado e no levantamento desse mesmo, para poder nos posicionar no presente, dar uma resposta aos nossos anseios de pesquisa, tão necessários para o desenvolvimento de um senso crítico e espírito participativo.

“Dezenas de anos decorridos,
Vem domar esse solo abençoado
Um Antônio Gonçalves de Santana,
Ali erguendo o primeiro povoado.
Temendo ainda as hostes aguerridas
Transformadas naquele pandemônio,
Levanta uma capela e faz seu orago
O grande taumaturgo Santo Antônio”.

Muniz Santa Fé

SUMÁRIO

RESUMO	9
1 INTRODUÇÃO	11
2 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO ESTRATÉGIA IDENTIFICATÓRIA E DE PERPETUAÇÃO DE UM POVO.....	19
3 POVOADO SANTO ANTÔNIO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE LAGARTO	29
4 A CRUZ DAS ALMAS: SUCESSOS E INSUCESSOS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE LAGARTENSE.....	36
5 CONCLUSÃO	44
6. REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	49

RESUMO

Na cidade de Lagarto é pouco o patrimônio considerado histórico: temos a igreja matriz, alguns casarões, muitos deles são apenas conservados na fachada. No Povoado Santo Antônio, a igreja construída no início do povoamento não existe, construída outra no local, com arquitetura atual, no local da antiga Tapera de São Tomé, tendo apenas o marco Cruz das Almas, construída no século XX para simbolizar o início da cidade, objeto do nosso estudo, fazendo-se necessário restaurar e uma conscientização da sociedade no sentido de preservar aquele local.

ABSTRACT

In the city of Lagarto it is little the patrimony considered historical: we have the mother church, some big houses, many of them are just conserved in the facade. In the Povoado Santo Antônio, the church built in the beginning of the settlement doesn't exist, built other in the place, with current architecture, in the place of old Tapera of San Tome, just tends the mark Cruz of the Souls, built in the century XX to symbolize the beginning of the city, object of our study, being done necessary to restore and an understanding of the society in the sense of preserving that place.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico está muito presente no Brasil com suas cidades históricas, consideradas patrimônio cultural da humanidade. Todo esse acervo patrimonial está sob os cuidados da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da UNESCO, órgão ligado a ONU (Organização das Nações Unidas), além de outros órgãos ligados ao governo federal, estadual e municipal, e entidades ligadas à sociedade civil organizada, imbuídos na preservação e na delimitação do que vem a ser patrimônio histórico. Mas não só de nossas cidades são formados o patrimônio histórico, os monumentos, de um modo geral, quadros, livros, fotografias e a cultura imaterial, também fazem parte do acervo patrimonial histórico e cultural nacional.

Temos muito a falar em patrimônio histórico, haja vista que temos duas cidades¹ das mais antigas do país e de um grande acervo patrimonial bem conservado em nosso Estado. Na cidade de Lagarto é pouco o patrimônio considerado histórico: temos a igreja matriz, alguns casarões, muitos deles são apenas conservados na fachada. No Povoado Santo Antônio, a igreja construída no início do povoamento não existe, construída outra no local, com arquitetura atual, no local da antiga Tapera de São Tomé, tendo apenas o marco Cruz das Almas, construída no século XX para simbolizar o início da cidade, o que será objeto do nosso estudo, fazendo-se necessário restaurar e uma conscientização da sociedade no sentido de preservar aquele local..

O patrimônio cultural está aqui entendido como o material da memória de um povo. O monumento é um sinal do passado ao qual designa a atos comemorativos². Que possibilite a historiadores e leigos de forma geral a ter, naquele momento, uma forma de estudar e ver o passado de diferentes formas (espiritual, político, religião, social, etc.). Portanto, preservar o patrimônio

¹ São Cristóvão e Laranjeiras, com seus casarões, igrejas, museus, etc.

² Que pode ser de caráter religioso, político, econômico, cultural, etc.

histórico permite uma exploração que pode tirar daquele monumento, a história que tanto traz conhecimento e sabedoria sobre o passado para os estudos do presente e na preservação da memória da humanidade, tão importante para os dias atuais.

O patrimônio pode-se apresentar de diversas formas. Basta dizer quando falamos em patrimônio, estamos adentrando em tema ligado as construções antigas e seus pertences, em toda a diversidade de monumentos e outros costumes que são parte da herança do passado. Portanto, traz toda uma recordação de uma realidade de acontecimentos para ser estudado e explorado nas suas diversas áreas: patrimônio histórico, cultural e ambiental, espalhados em diversos locais que constituem, em todo seu contexto em um objeto de estudo e admiração. O patrimônio histórico fruto da construção de uma sociedade (civil organizada), retrata não só a questão patrimonial como também as vivências de uma sociedade embutida ali no seu interior. Os patrimônios históricos e artísticos trazem por toda essa descrição uma realidade provedora de muitos conhecimentos, mesmo que estes patrimônios retratem apenas uma descrição do passado (LE GOFF, 1982:164). As características do monumento são a de ligar-se a capacidade voluntária ou involuntária de perpetuar as sociedades históricas (é um legado a memória coletiva) e reenviar para testemunhos que só uma parcela mínima são testemunhos escritos.

Na cidade de Lagarto, as pesquisas realizadas sobre a questão patrimonial ainda seja muito tímida, precisando de uma revitalização sobre o assunto para dar o devido lugar nas pesquisas patrimônio histórico. Portanto, é uma atividade de interesse dos acadêmicos e da sociedade em geral. Os atenuantes terão repercussão se apontados os caminhos de valorização do acervo patrimonial, valorização da herança cultural e valorização e preservação do patrimônio histórico, deixado por nossos antepassados e que se perpetuam através dos tempos.

O processo de pesquisa patrimonial é parte indispensável que molda o homem, que procura compreender seu tempo, seu passado. Também aí se insere a luta empreendida pelos diversos movimentos sociais no intuito de alargar o conceito de cidadania no interior da sociedade e nas relações de

poder que permeiam a atividade humana. Ambos os processos reclamam a questão da identidade, seja ela de minorias, seja do ponto de vista da nação. Daí, o discurso de patrimônio histórico alcançar tamanho significado e apreciado nos dias atuais e necessários para fazermos uma reflexão histórica do passado.

Trabalhar a questão monumento histórico é passar por todo um processo de reconstrução histórica, viver o passado. Nessa perspectiva que o trabalho proposto pretende tratar precisamente de preservação e de futuras reconstruções ou de qualquer outro patrimônio arquitetônico, disto histórico, deixando esse legado de construções a perpetuar-se no tempo sem que sofra alterações que venham descaracterizar o monumento.

A falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação do patrimônio, de educação coletiva para que possamos ter uma sociedade movida pelos princípios fundamentais de vivenciar e de conservar o patrimônio histórico. LEMOS afirma, a esse respeito: “(...) *é dever de patriotismo preservar os recursos materiais e as condições ambientais em sua integridade, sendo exigidos métodos de intervenção capazes de respeitar o elenco de elementos componentes do patrimônio histórico cultural*”. (2004:26).

Portanto, não há uma política de conservação ou de revitalização voltada para o patrimônio edificado e cultural. É preciso enxergar esses problemas para possibilitar as soluções, garantindo a preservação do patrimônio cultural por parte do gestor público.

Assim, SIMÃO aponta “(...) *o poder público municipal que deveria agir conforme e conjuntamente a União, reage muitas vezes com atitudes que criam situações de conflitos, movidos por questões políticas em outros interesses predominantes circunstancialmente*”. (2001:41).

Assim, o patrimônio não terá uma proteção adequada por parte da prefeitura, o que permite que a população posicione-se contra ou a favor, conforme suas necessidades individuais ou coletivas, tão necessárias para essa questão patrimonial histórica e em todo seu contexto quando abordamos preservação e conservação.

O levantamento feito por esta pesquisa sobre patrimônio histórico visa

contribuir em diversos caminhos, entre eles o da preservação e sua relação com a comunidade. A pesquisa quer inserir o debate acerca do patrimônio Cruz das Almas como símbolo do lugar que deu origem a cidade. Da sua importância para a comunidade e de sua preservação. Inicialmente nossa discussão será em abranger um universo de discussões e hipóteses:

Incentivar e criar condições que busquem a valorização do patrimônio que por outro lado busque a conscientização da população para o ato de conservação; em fazer conhecer ao poder público, a necessidade de preservar o acervo patrimonial do município; observar possíveis problemas e dificuldades a nível local, estadual e nacional, voltados para o patrimônio histórico; verificar a legislação vigente no país, referente a monumentos históricos e sua aplicação; ver o nível de preservação do acervo cultural disponível para futuros reconhecimentos públicos, abrindo-se caminho a preservação e trabalhar, se possível, para que o patrimônio seja registrado no IPHAN para reconhecimento como patrimônio da humanidade.

O trabalho metodológico do nosso estudo será proposto com base nos seguintes objetivos: coleta de dados, a partir de entrevistas, jornais, fontes documentais e de relatos orais, leituras sobre a história, patrimônio e legislação.

A investigação de um trabalho oral, o básico, é a fonte oral. Nesse caminho, trilhamos pela oralidade, mas nada impede que utilizemos outras fontes, caso existam e possam ser aproveitados na nossa pesquisa. Então, faremos uso de uma diversidade de fontes de diversas naturezas: vídeos, revistas e jornais, fotografias, arquivos públicos e a fonte oral.

É óbvio que os esquecidos são objetos importantes de história oral. Não há dúvida sobre isto, temos inúmeros exemplos de estudos e informações relevantes que surgiam dessa abordagem, dessa pesquisa. Mas o que queríamos sublinhar aqui é que o que fez essa metodologia tão boa para discutir o esquecido não é simplesmente uma opção preferencial pelo esquecido, pelo derrotado. Não. É porque o derrotado, por ser derrotado, não constrói as suas fontes e, portanto, é submetido a uma espécie de pacto de sigilo. (CAMARGO, 1994:75)

As escolhas dos entrevistados basear-se-ão no seu vínculo, que lhe é

peculiar a comunidade, e a estudiosos que, de alguma forma, trabalham a questão patrimonial e outras pessoas responsáveis pela questão do patrimônio público.

“A narrativa dos entrevistados e sua visão sobre o tema estudado devem ser importantes para os propósitos da pesquisa. Além disso, é preciso que o desenvolvimento da pesquisa seja factível, isto é, que haja entrevistados em condições de prestar seu depoimento” (PINSK, 2005: 172).

Será de fundamental importância as abordagens as pessoas moradores do local onde está o patrimônio, cujas essas pessoas darão relatos interessantes que poderão fazer parte do trabalho de pesquisa, no intuito de aglutinar sucessivos acontecimentos marcantes na história de um país, de uma sociedade ou mesmo daquele objeto de estudo.

Da mesma forma, as fontes contidas em jornais e revistas, deve-se ter o reconhecimento de suas potencialidades, tão importantes na observação do seu conteúdo, que os historiadores pretendem atingir como fonte de pesquisa historiográfica. Os arquivos do poder executivo, legislativo, judiciário, cartoriais, eclesiásticos e privados serão destino de pesquisadores na busca de informações, em escarafunchar papéis velhos, muitos deles em difícil estado de conservação, em que é preciso um estudo minucioso para decifrar o que se pretende tirar daqueles papéis. No nosso tema específico, o arquivo público municipal e da paróquia de nossa cidade será objeto de pesquisa, para que possamos tirar mais fontes manuscritas nesses arquivos.

O uso das fontes se faz indispensável no trabalho de pesquisa histórica. Nós nos apropriamos delas por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas. Fontes históricas é indicado tanto para quem coloca quanto para quem pensa em colocar “mãos na massa”. O que dizer de história oral, das fontes audiovisuais, na penetração em arquivos, ouvir depoimentos, manusear documentos, escarafunchar vestígios de cultura material ou simbólica, decifrar impressos, aceitando os desafios da história de localizar e analisar amplos repertórios de fontes variadas.

Na história oral se faz necessário a abordagem a pessoas, que mora ou

residem na comunidade onde fica o objeto em estudo, nos registros audiovisuais, já que a imagem é, para o historiador, ao mesmo tempo, transmissora de mensagens enunciadas claramente, que permite que ela seja compartilhada, compreendida e decifrada para os interesses de pesquisa.

Os arquivos, tanto públicos ou privados e outra peça fundamental, na pesquisa. Onde abnegado do historiador encanta-se ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas, que sai com muito trabalho e pesquisa de salas de arquivo, ler jornais e revistas que traz em suas páginas relatos sobre o passado ou mesmo sobre o presente para entender o texto no contexto de sua época. Portanto, a importância da imprensa como objeto de investigação histórica. As bibliografias que tratam ou retratam em suas páginas todo um contexto histórico, que aquelas traz só a parte teórica, são peça fundamental na pesquisa histórica.

No capítulo I, tratou-se a respeito do tema, recuperação, conservação, tombamento e outros requisitos fundamentais para um bom desempenho. Nessa questão patrimônio histórico, foi constatada a inexistência de pesquisa que abordasse, ou mesmo citasse, embora algumas pesquisas tratem superficialmente do acervo cultural em nossa cidade.

Como referência para a base de pesquisas, utilizou-se alguns autores que relatam bem essa questão de preservação e conservação do acervo histórico, a exemplo de Jacques Le Goff e outros tão importantes para esse processo de incentivo a esses métodos de pesquisas tão importante para os dias atuais. A obra de Le Goff é considerada básica para o estudo de quem pretender trabalhar a questão de conservação e preservação, independentemente do objeto que deseje explorar. Apesar do autor ter diversos trabalhos de pesquisa se refere a este como base dos seus estudos, visto que existe outros autores que tratam sobre o mesmo assunto, devido ao seu aprofundamento na questão memória e monumento, logo, seu trabalho se tornou obrigatório para todos aqueles que desejam estudá-la e fazer um aprofundamento na questão memória e monumento.

Ela aborda em seu estudo a questão de como a capacidade de conservar tais informações procura salvar do passado essas informações para servir no futuro, cabendo ao homem de atualizar as impressões ou informações

passadas para o desenvolvimento do conjunto de informações. Nessa mesma linha de pesquisas seguem outros autores como Lemos, Camargo, Simão, Fonseca, trilhando nesse objetivo da memória, outros se aprofundando na questão patrimônio histórico, sua devida conscientização para o problema de conservação e preservação.

No Capítulo II, é feito um levantamento histórico da formação do Povoado Santo Antônio, destacando sobretudo a fundação de Lagarto. Destaque a ação da Igreja Católica e também do Estado português nessa formação, bem como a necessidade de afirmação identificatória desse povoado com o sentimento de pertencimento a Lagarto.

No Capítulo III, analisa de modo especial, a questão do patrimônio histórico do município, em especial, o marco histórico situado na antiga Tapera de São Tomé, no povoado Santo Antônio. E, dentro desta análise, vai se relatar ao marco histórico Cruz das Almas, fazendo um breve comentário do local antes da construção e da própria construção do marco que aconteceu, por iniciativa de Adalberto Fonseca, com a participação do então prefeito da época, José Ribeiro de Souza. Em seguida, faremos uma análise do marco referindo-se a sua implantação e os problemas enfrentados, como no caso nos dias atuais do seu estado de desprezo, precisando de reformas urgentes.

Assim, será o objetivo de nosso trabalho, fazer ver a sociedade em geral, aos gestores municipais, a sociedade acadêmica, a importância da conservação e preservação do acervo histórico e em especial o marco Cruz das Almas.

A nossa questão principal de pesquisa é sempre na motivação da conservação do patrimônio histórico, levando em conta questões como a relação identidade/coletividade, que nos leva ao engrandecimento cultural de uma sociedade privada de uma política que incluam os incentivos culturais.

Essa pesquisa ainda reside na escassez de estudos em nossa cidade que analisem de forma objetiva o nosso acervo patrimonial, que embora bastante modesto, mas representa aquilo de mais natural possível de entender diante do que está representado.

Desta forma, queremos direcionar nossa reflexão no sentido de colaborar,

fornecer conhecimentos nesta área, para podermos de forma mais clara possível trazer para a sociedade a noção de preservação para não trilhar em caminhos opostos, o da destruição, causando terríveis transtornos para o acervo patrimonial histórico e cultural.

Neste contexto, através de um estudo minucioso: os monumentos históricos, em especial o marco histórico Cruz das Almas, trataremos de abranger a tarefa da preservação e conservação para fins de utilizar em estudos, deixando todo seu legado para gerações futuras, embora seja uma questão quase impossível, mas indispensável na construção de uma crítica voltada para identificação de patrimônio histórico, como uma essência de criação humana ou da natureza.

2 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO IDENTIDADE DE UMA SOCIEDADE

As transformações e o desencadeamento do que seria ontem para a busca de uma perspectiva atual, têm sido um desafio para o entendimento do historiador em discorrer sobre uma trajetória da memória de uma sociedade e dos monumentos espalhados nos mais diversos pontos, os quais podem ser apenas uma memória coletiva, levando a sociedade a refletir sobre ela; podem ser algo que expresse todo um passado cheio de controvérsias ou mesmo um conjunto de passado rico em perspectiva e atribuições para um presente.

Cabe aos historiadores, que escolhem essa tarefa de trazer a tona o passado, extraírem todas as informações necessárias e aspectos que envolvem a trajetória de criação dessas memórias ou dos monumentos para o debate, para a problematização dos caminhos percorridos, para sua organização enquanto conceito do passado, assim como também para escolha dos métodos, visando à preservação de diversificados monumentos aos cuidados de várias instituições³.

Daí a importância da memória coletiva para uma sociedade que se evolui cada vez mais, no sentido de dar uma resposta satisfatória ao progresso social de elementos essenciais que se costuma chamar identidade ou coletividade, cujas buscas são essenciais para os indivíduos e para a sociedade atual.

A memória coletiva é um instrumento de conquista, ao mesmo tempo em que é também um objeto de poder. Constituir uma memória coletiva escrita permite a melhor compreensão da luta pelo domínio da recordação e tradição, da dissipação e da manipulação de tais memórias.

A ilustração de uma memória coletiva talvez seja um caso complexo, pois muitas vezes é preciso especificar a classe social que a identifica para que não

³ São entidades que podem ser públicas ou privadas, encarregadas pela guarda ou difusão do erário histórico.

tenham mais amanhã, em que pese como conseqüência o desaparecimento da memória, juntamente com suas características identificatórias.

Os profissionais e conhecedores da memória coletiva⁴, historiadores, jornalistas, sociólogos, antropólogos, travam uma luta para o processo de conscientização e democratização da memória social, um dos pontos importantes de sua objetividade social.

Em LE GOFF, 2000 (p. 59), a memória, a qual a história chega, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado apenas para servir o presente e o futuro. Deve-se trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para libertar e não para suavizar os homens.

No presente trabalho, pretende-se focar a memória coletiva mais do que as memórias individuais, buscando sempre uma amplitude do que seria essa memória para as atuais gerações, muitas das vezes carentes de ter um estudo mais detalhado na preservação de seus monumentos.

Ainda em LE GOFF, 2000 (p. 9), a memória, é vista como capacidade de conservar certas informações, recorre, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele represente como passadas.

A memória coletiva como busca de um passado, podendo ser essa expressa em documentos, trazendo recordações do passado das heranças deixadas por seus antepassados e essas perpetuarem-se em monumentos.

Nesse sentido, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha feita quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelas que se dedicam a ciência do passado e dos tempos passados, os historiadores⁵.

Os monumentos são fatos, atividades e objetivos que mobilizam a ir mais próximo e que reaproxima os que estão longe, fazendo reviver o sentimento de

⁴ Todo um processo de ver um passado, como suporte do processo de identidade de uma sociedade, mantendo viva e atuante entre nós.

⁵ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000. p. 103

participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar reconhecível no panorama físico social. Em suma, são referências, são objetos, práticas, saberes e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade: raiz de uma cultura.

A proteção do patrimônio arquitetônico está diretamente ligada à vida cotidiana das pessoas, pois a preservação da memória é uma demanda social tão importante quanto qualquer outra atendida pelo serviço público. O tombamento não tem por objetivo “congelar” a cidade⁶. De acordo com a Constituição Federal, também não significa cristalizar ou perpetuar edifícios ou áreas urbanas, inviabilizando toda e qualquer obra que venha contribuir para a melhoria da cidade.

Preservação e revitalização são ações que se complementam e juntas podem valorizar bens que se encontram deteriorados. Sua exemplificação permite uma lista interminável de bens móveis que devem ser considerados paralelamente aos bens imóveis, tão comumente citados, como igrejas, residências, palácios, etc. ou qualquer outro monumento que simboliza de fato a sua cultura a tradição ali inserida como símbolos de uma geração.

Parece haver uma grande tendência a se considerar, digno de preservação, apenas artefatos de épocas passadas (coisas velhas, como se diz), mas, ao permanente processo cultural em que todos estão inseridos, é importante o registro tanto de facetas passadas como dos atuais integrantes do complexo sócio-cultural. Contendo um valor simbólico no contexto da sociedade em que ocorrem os traços culturais, devem ser tratados e registrados como bens patrimoniais. Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção. Preservar é manter vivo, mesmo que alterados, usos e costumes de uma determinada sociedade.

Garantindo a compreensão da memória social e preservando o que for significativo dentro do vasto repertório de elementos componentes do patrimônio cultural brasileiro e, de modo especial, de Sergipe.

⁶ Termo este que é, aliás, utilizado muitas vezes como um instrumento de pressão para contrapor interesses individuais ao dever que o poder público tem em direcionar as transformações urbanas necessárias

A história das relações do homem com o meio em que vive o domínio dos materiais e sua utilização de modo a melhorar as suas condições de existência e a herança dos antepassados, bem como a estrutura da nossa identidade, valores materiais e espirituais são aspectos que permitem uma identidade e uma feição, uma unidade diversificada.

O homem criou, ao longo dos tempos, obras que constituem um patrimônio que importa estudar, proteger e divulgar. Atualmente, assiste-se a destruição massiva deste patrimônio, por ignorância, abandono ou desprezo, em detrimento das novas formas culturais importadas e estandardizadas que não podem dialogar em harmonia com as formas tradicionais próprias do meio envolvente. A medida legal mais concreta para proteger o patrimônio é o tombamento.

O tombamento significa um conjunto de ações realizadas pelo poder público, com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de bens móveis e imóveis de interesse cultural, no caso aqui em questão e em discussão, a preservação do marco “Cruz das Almas”, para futuros trabalhos de planejamento para preservação da memória coletiva.

O tombamento pode ser feito pela União, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo governo estadual, através do CONDEPHART – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Estado – ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas ou a legislação federal.

O tombamento é a primeira ação a ser tomada para a preservação dos bens culturais, na medida em que impede legalmente a sua destruição. A preservação somente torna-se possível para todos quando o bem cultural encontra-se em bom estado de conservação, propiciando sua plena utilização.

Preservação e revitalização são ações que se complementam e juntas podem valorizar bens que se encontram deteriorados. Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção. De qualquer maneira, significa garantir a compreensão de nossa memória social, preservando o que

for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do patrimônio cultural.

O tombamento de bens culturais, visando a sua preservação e restauração, é de interesse do estado e da sociedade. A figura jurídica o tombamento de bens culturais existe não apenas nos âmbitos do país e dos estados, mas pode vigorar também na esfera municipal, desde que o município disponha de legislação competente⁷. A instituição do tombamento pode referir-se a todo o país, ao estado ou a um município, conforme o bem a ser tombado tenha valor referenciado a toda nação.

Para LEMOS, 2004 (p. 104), os governos, especialmente os municipais, tem que aquilatar a enorme responsabilidade que lhes pese nos ombros, representada por importantíssimos monumentos históricos hoje a beira da descaracterização total, graças antes de tudo, a inoperância de meia dúzia de decisões ou providências mais demagógicas ou políticas do que efetivamente práticas e sinceramente ignoradas, com base em honesta avaliação do que realmente valem aqueles bens de interesse social.

É indispensável que a ação pública de recuperação seja bem coordenada, visando despertar nos agentes privados um forte interesse pela área revitalizada. Assim, como a participação do setor privado na localidade, haverá a valorização imobiliária e também a valorização da economia local gerando emprego e renda para a população residente, ou seja, as mudanças ocorridas no ambiente propicia e serve como estratégia para a geração de renda e conseqüentemente melhoria nas condições de vida dos moradores. Haverá ainda, com o aumento de renda, a conservação das edificações tanto por parte dos proprietários, quanto pela Prefeitura Municipal. Pois, para assegurar a manutenção da clientela na área, os proprietários – setor privado – precisam manter suas edificações bem conservadas.

A prefeitura, por sua vez, terá possibilidade de arcar com os custos de conservação de igrejas, casarões, monumentos bem conservados. Esse princípio chave da sustentabilidade adotado por algumas ações de restauração, pode ser descrito como sendo a manutenção permanente das

⁷ Leis específicas, que tratem do patrimônio histórico do município.

características originais dos bens, sem novos aportes de recursos federais. Ou seja, com a renda gerada naquela localidade não será mais necessário que o governo federal aplique finanças na mesma, pois a renda local possibilitará a manutenção da conservação do patrimônio edificado. E, como consequência de um modelo de revitalização bem sucedida, terá a propagação deste, havendo assim o efeito de replicação que é uma das consequências da adição do princípio da sustentabilidade. Assim, cada modelo bem sucedido servirá de exemplo e fomentará novas ações de restauração em outros trechos. Dessa forma, o que ocorre em uma área recuperada e revitalizada é, em primeiro plano, a recuperação física de um determinado patrimônio edificado, criando-se a infra-estrutura básica e necessária para, em seguida, instaurar o processo de revitalização econômica e social impulsionando o fluxo de clientela nova, atrasando os agentes provados e imobiliários que buscam ganhos crescentes. Assim, esse patrimônio, além de manter-se em bom estado da renda, já que ele terá também uma utilidade econômica.

Nesse processo de revitalização, pode ser que ocorra a utilização da área, devido a valorização imobiliária e o desenvolvimento das atividades econômicas. Com isso, a área recuperada pelo poder público e com recursos de toda a população passa agora a “pertencer” apenas a classe mais favorecida – minoria – marginalizando a grande maioria, classe menos favorecida. Cabe, portanto, aos órgãos públicos, moradores, usuários, comerciantes, etc., garantir que todos tenham acesso ao patrimônio arquitetônico, ou seja, que o retorno dos investimentos feitos com o dinheiro público seja repassado para toda a população.

Para LEMOS 2004 (p. 109), as bases têm que ser esclarecidas sobre nossas autenticidades culturais e os pequenos aglomerados, as pequenas vilas e cidades deve, através de suas sociedades representativas, principalmente as ‘sociedades de amigos de bairro’, lutar pelos seus bens culturais, antigos ou novos. Primeiro defender com unhas e dentes os bens de interesse local.

A conservação do patrimônio histórico edificado assume um conjunto de especificidades que a tornam uma atividade distinta da revitalização dos monumentos considerados históricos, exigindo, portanto, o desenvolvimento de metodologias de projetos próprios. O objetivo da reabilitação de um

monumento – seja ele recente ou antigo – consiste essencialmente na sua adaptação a níveis de desempenho superiores aos já existentes. No caso de edificações recentes, a necessidade desta adaptação resulta, em geral, da falta de qualidade do projeto e/ou da obra; no caso de monumentos antigos de uso corrente, a reabilitação visa a obtenção de números de desempenho compatíveis com as exigências atuais. Por outro lado, a conservação dos monumentos históricos deve ter como objeto central o próprio monumento, e não seu desempenho, diferentemente do que ocorre na revitalização.

Neste contexto, o projeto entendido como o conjunto de elementos que concebe e define as ações a executar em obra – adquire, na conservação do patrimônio histórico, uma função distinta da que deve assumir a revitalização de monumentos. Na metodologia para execução de fase do projeto de intervenções de conservação do patrimônio histórico edificado são abordados aspectos como a organização e a coordenação, o levantamento e a avaliação do estado de conservação, e, finalmente, a definição dos trabalhos a executar. Considerando que o patrimônio histórico edificado é todo projeto arquitetônico construído que encerra em si mesmo um testemunho cultural e civilizacional relevante acerca da evolução da humanidade, compreende-se que a má conservação deva centrar-se no próprio patrimônio, considerando um difícil equilíbrio na preservação de valores emocionais, históricos.

Para LEMOS, 2004 (p. 108), hoje, confundem patrimônio cultural com amontoado de velharias, não sabendo que agora também estão, enquanto vivem a enriquecer, ou a empobrecer, nosso elenco de bens representativos. Achando que só o bonito ou o histórico é que devem ser preservados e esse “bonito” evidentemente depende de critérios subjetivos e quase tudo para quase todos é feio ou significativo.

Assim, a manutenção de um estado de conservação que seja definido como aceitável, constitui a referência primordial. A noção de manutenção implica, antes de tudo, a execução de ações regulares, devidamente planejadas e geridas, implica ainda a constante monitoramento do patrimônio como forma de ser conhecida tão exaustivamente quanto possível a evolução do seu estado de conservação. Previstas no plano de manutenção, poderão

estas intervenções de âmbito alargado, isto é, que permitam a resolução simultânea de diversos problemas.

Torna-se, deste modo, possível uma otimização de recursos tendo em conta que são executados na mesma intervenção, diversas ações de conservação, se encaixadas isoladamente, estes trabalhos obrigariam a mobilizações sucessivas de recursos humanos, técnicos e financeiros, o que, para a obtenção do mesmo resultado, implicaria um esforço significativamente acrescido. A dimensão que assume, em geral, este tipo de intervenção aconselha que o seu desenvolvimento ocorra fora da implementação cotidiana do plano de manutenção, devendo ser organizada, coordenada e gerida como uma entidade.

“(...) sem dúvida, tornamos a repetir, a base concreta de ‘como preservar’ está na elucidação popular, na educação sistemática que difunde entre toda a população, dirigente e dirigido, o interesse maior que há na salvaguarda de bens culturais. Acionar o compromisso de Brasília que praticamente ficaram no papel, principalmente naquilo que tange aos ensinamentos que devem participar dos currículos mínimos aos níveis primário e secundário”. (LEMOS, 2004: 103)

Se a dimensão de tais repercussões for pouca, voltemos para a luta local, travando sempre uma discussão do que seria para a comunidade a questão da preservação do patrimônio histórico e cultural, levando ao entendimento não só de seu valor cultural, de suma importância para aquela comunidade, como também de sua importância turística, o patrimônio cultural de determinada localidade constitui, sempre, um dos motivos pelos quais as pessoas desejam conhecer lugares diferentes, já que o turismo cultural é típico, pois se efetiva de maneira diversa, impulsionando o poder público a injetar recursos financeiros gerando emprego e renda fora os recursos injetados pela visitação pública, movimentando a economia local.

Portanto, a melhor forma de termos todo esse aparato em nossas mãos intactas, o caminho mais correta é a preservação do acervo patrimonial de nossa cidade para o despertar de interesse de muitos especialistas das várias

partes do país que sem dúvida trarão aportes para essa relação sociedade patrimônio histórico. O planejamento tem que ser em conjunto entre poder público, sociedade e estudiosos engajados nessa discussão de providências que serão tomadas no projeto de recuperação do marco histórico “Cruz das Almas”, símbolo de origem da nossa cidade.

Em LEMOS, 2004 (p. 97), do planejamento de recuperação de um marco histórico, naturalmente decorre de um ‘plano diretor’, que além de tratar dos problemas comunitários, como aqueles de infra-estrutura, por exemplo, também cuida das normas de intervenções e uso das construções situadas dentro do perímetro histórico, como também de novas edificações nos terrenos porventura disponíveis.

Nesse caminho direcionado sempre na tarefa de preservar o patrimônio histórico e no fornecimento de conhecimentos necessários para trazer para sociedade a noção de preservação, nessa perspectiva, teremos grandes certezas que o marco “Cruz das Almas”, e outros setores considerados históricos sofrerão um grande impulso no sentido ser colocado sempre em pauta a discussão patrimonial e como propagação de uma imagem concreta e linear para que os órgãos se incluam em fazer o restante.

Em CAMARGO, 2002 (p. 91), a agência governamental como o IPHAN⁸, cujo desempenho não pode ser subestimado. Suas atividades não se limitam apenas à preservação, mas ao restauro e a reabilitação dos bens, a ampliação e codificação dos conhecimentos relativos a temática arquitetônico e artísticos da “arte tradicional brasileira”.

Assim, trabalham sempre tem como o importes instituições que no dar credibilidade e sustentabilidade para manter viva a memória, junto a uma sociedade que pode ser contraditória, mas não que esse entendimento não possa parar.

Ainda CAMARGO, 2002 (p. 96), em seu conceito, patrimônio cultural em qualquer sociedade é sempre produto de uma escolha, e como toda escolha, tem um caráter arbitrário. Resulta da relação de alguns elementos, enquanto outros seriam passíveis de esquecimento e destruição. Considerando que

⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

artefatos culturais são, em princípio, objetos dotados de funcionalidade que se teriam obsoletos para nós, o patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos. Os símbolos precisam ser desconstituídos e interpretados para aprendermos o seu significado. Nesse sentido, são igualmente significativos os bens nacionais já consagrados, tanto quanto os regionais ou locais.

Por conterem valor não muito representativo dentro do contexto da sociedade em que ocorreram, os traços culturais devem ser tratados de forma correta, bem como os bens patrimoniais, por esse motivo, devem ter tratamento especial com sua importância de preservação.

3 POVOADO SANTO ANTÔNIO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE LAGARTO

Numa região de planície acentuada, as margens dos rios Piauí e seus afluentes, Piauitinga e Jacaré, que foram batizados com esses nomes após o povoamento desta região, floresta tropical com algumas árvores nativas e outras encontrada em todo território nacional, principalmente na região costeira do Brasil, a exemplo do ipê roxo, cedro, jacarandá, etc. Outra característica desta região é com relação ao solo arenoso, propício ao desenvolvimento de agricultura e a pastagem intensiva principalmente às margens do rio.

Mesmo antes de 1590, quando Cristóvão de Barros já estava desbravando o nosso território, dando início a nossa colonização, essa região já havia um grupo de colonizadores fazendo contato com os índios Kiriris que habitavam essa região, onde viviam nas margens do rio Piauí e seus afluentes. Esses índios viviam principalmente da caça e da pesca, e já praticavam a agricultura.

Os jesuítas Gaspar Lourenço e João Solônio, ao chegar a esse lugar, manteve uma convivência pacífica com os índios. Embora os portugueses tivessem também essa característica, de fazer os índios de escravos para os seus afazeres aqui na colônia. Tendo em vários momentos, confrontos com os índios, pois muitas tribos não tinham uma convivência pacífica, entravam em confronto com essas tropas e conseqüentemente causando muitas mortes. Muitos eram capturados ou fugiam para outras tribos e regiões próximas daquele local para não ser capturados ou mortos pelos colonizadores portugueses.

Sítios dos Caboclos, lugar batizado com esse nome por abrigar boa parte desses índios que fugiam do confronto com os portugueses. Hoje, esse lugar virou bairro da cidade de Lagarto, após abertura de novas ruas, com o

desenvolvimento urbano da cidade. Apenas no local onde seu deu essa batalha em plena selva, erguido o cruzeiro de cedro de madeira nativa da região. Embora tivesse sido em vão, o papel dos evangelizadores e índios que, mesmo diante da barbaridade humana, nada podia fazer em face do poderio de suas armas.

Veja Fonseca:

O padre Inácio de Toloso, em carta de 7 de setembro de 1575, fez a seguinte narração para seus superiores, quando de sua passagem pelo local: passando pela Tapera de São Tomé, o Apóstolo, deparei-me com a obra maravilhosa levada pelos jesuítas Gaspar Lourenço e João Solônio. Um cruzeiro de 80 palmos marca do local onde havia uma casa de oração, guardava os segredos da Santa Palavra. (FONSECA, 2002: 29)

Embora o local tivesse ficado abandonado por bom período. Chegando até a cruz que foi erguida no momento de colonização, vindo a desabar. O tempo foi passado, pessoas que chegavam a região colocaram três cruzes menores no local para que o local onde houvesse a batalha sangrenta entre índios portugueses não caíssem no esquecimento.

Ainda Fonseca:

A história da Tapera de São Tomé, o Apóstolo, não funciona com sua destruição total. Foram 15 anos de silêncio e em 1596, o capitão-mor Diogo de Quadros, em nome de El Rey, dividiu as terras do rio Piauí com colaboradores de luta contra os franceses, e novamente o nome de Tapera foi lembrado nas cartas de sesmarias, para depois voltar ao esquecimento secular. (FONSECA, 2002: 30)

A quinhentos metros de distância da Tapera de São Tomé, nasce o povoamento. Trazido pelos colonizadores, os santos Nossa Senhora da Conceição e as imagens de Santo Antônio e de Nossa Senhora Santana, foi erguida uma igreja no centro do povoado, onde começa a desenvolver-se o povoado, com a predominância de algumas culturas de algodão e a cana-de-

açúcar, já que o solo era propício para o desenvolvimento dessas culturas e outras que viriam a ser desenvolvidas em tempos posteriores.

Segundo Fonseca, em 1645, uma peste infecciosa variólica dizimou quase toda a população. Os sobreviventes, ajudados pelos frades, foram levados para um lugar mais alto (onde hoje é a atual Praça da Piedade), sendo os doentes levados em bangüês de palha. Os que não tinham mais condições de sobrevivência foram deixados no povoado, a esperar a morte. Frei Marcelino e outros frades colocaram os enfermos em casebres improvisados, distante 3 km do riacho do lagarto.

Doenças e epidemias eram muito comuns naquela época, pois ao havia um certo cuidado com a saúde, com higiene quase que precariamente e infecções trazidas muitas das vezes por pessoas que vinham de outra região e da coroa portuguesa, pegando as pessoas desprotegidas e sem nenhuma defesa para aquela doença, como também não existia recursos farmacêuticos ou recursos necessários para tratar dessas doenças.

Segundo estudos feitos pelos estudiosos que se dedicavam a história de Lagarto e de pessoas que residem no local, passado de pai para filho através dos tempos, essa doença que assolou a região do Santo Antônio dizimou centenas de pessoas, deixando o povoado deserto, pois nenhum morador que ia morar nessa região, assim ficando por muito tempo, deixando apenas a lembrança da peste que se tornou mais tarde conhecida como Bexiga do Santo Antônio.

No lugar onde pessoas foram levadas foram formadas todas as estruturas administrativas e políticas, junto com o poder da igreja, que nesse período tinha uma grande influência junto a comunidade e logo foi elevado a categoria de freguesia, pelo decreto de 11 de dezembro de 1669 Os governadores do arcebispo da Bahia de Todos os Santos, no uso de suas atribuições, resolvem elevar o distrito de Lagarto da Capitania de Sergipe a capital de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade e sua região territorial.

Assim, com a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, os sacerdotes podem passar a formação religiosa e cuidar da espiritualidade de seus habitantes. Essa importante estrutura eclesiástica que através dos tempos

foi passando para os fiéis a palavra de Deus e o papel doutrinário da igreja católica apostólica romana.

Após a criação da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, começa as atividades políticas e Lagarto começa a desenvolver-se. Inúmeras pessoas de diversas regiões começam a deslocar-se para essa região e começam a construir novas ruas, dando aspecto diferente as terras do Lagarto. A pecuária e a agricultura cresciam de forma rápida, dando um impulso para o desenvolvimento, para o crescimento de vila.

Com o crescimento populacional e o desenvolvimento comercial e agrícola, o povoado foi elevado a categoria de vila. A população começa a se organizar e escolher seus líderes para gerir as funções administrativas da vila.

Tornando-se um centro de grande importância para a província, apesar que parte administrativa ao podia fazer. Cabia os moradores fazer o dever de casa, manter as ruas limpas, não jogando lixo nas ruas, queimando, as casas eram feitas de taipa, pois não tinha a técnica de construção mais apropriada e as ruas não existiam calçamentos. Pois continuava crescendo de forma que mais tarde transforma a cidade.

Os lagartenses não se acomodaram com o título de vila, e reivindicaram e queriam por direito que Lagarto fosse elevada ao título de cidade. Já tinha em leva situação econômica, embora precisasse alguns requisitos, mas naquela época, não precisaria para transformar em cidade previstas na Constituição, ou em outra lei do Poder Real. Segundo Adalberto Fonseca, a notícia da emancipação política em Lagarto, provocou na cidade tamanha euforia que houve vários de festas alusivas ao ato, que comemorava a idade da terra de lagarto.

Os lagartenses ilustres que assistiram à assinatura do presidente da província, presentes ao ato estavam: Cel. Sebastião d'Ávila Garcez, Hipólito Emílio dos Santos, José Cirilo de Cerqueira, Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro, João Batista de Itajay, Dr. Filinto Fontes, Dr. Filomeno Vasconcelos, o padre José Alves da Pitangueira, que desbravou a idéia muitos anos antes, o concino sergipense lembrou na oportunidade, os feitos do vigário de Lagarto, cuja lei foi publicada com todos os pormenores.

No século XIX, várias foram as construções públicas e privadas que eleva Lagarto uma característica própria entre eles estavam a prefeitura de Lagarto, na Praça Sebastião Garcez. O antigo talho de carne que atualmente funcionava uma escola no local. O coreto na Praça da Piedade, o Grupo Sílvio Romero, onde funcionava a antiga cadeia local, onde era colocado os presos das intrigas entre pebas e cabaús. Além da igreja matriz existiam grandes casações, muitos desses hoje não existem mais ou foram demolidos por particulares ou administradores que não tinham nenhum dever de preservar o passado.

No povoado Santo Antônio, a igreja antiga que existia naquela localidade, símbolo das primeiras povoações, que chegaram em Lagarto, foi demolida na administração José Vieira Filho, com o aval da Igreja Católica de Lagarto. Ficando no povoado, o marco histórico Cruz das Almas construído no local onde ficava três cruces, local onde era chamada a Tapera de São Tomé.

Embora Lagarto tenha alcançado desenvolvimento extraordinário em seus diversos setores, mais propriamente falando na agricultura e pecuária e agora no final do século XX na industrialização, não foi capaz de preservar as suas tradições históricas, bem como nas obras públicas e privadas que caracterizam as construções portuguesas que chegaram em nossa região, deixando seu modo de construir nas características peculiares ao seu modo de vida lá do seu país do origem.

Por ter uma dimensão invejável em relação a outros municípios sergipanos, além do centro urbano desenvolver assustadoramente figurando como a cidade que mais cresce em todo interior, no meio rural não é diferente, vários foram os povoados que surgiram durante o século XX, a exemplo da Colônia Treze, e outros que tiveram um crescimento a tanto de reivindicarem a posição de tornar-se cidade, sonho não concretizado, mas diga se de passagem, esses povoados hoje são maiores que muitos municípios sergipanos. Atualmente, o município tem mais de 119 municípios e ainda sua população está mais ou menos dividida em urbana e rural.

Santo Antonio, lugar onde tudo isso iniciou, embora ter sido o berço de todo esse desenvolvimento, não acompanhou esse vertiginoso crescimento da cidade, região onde predomina a criação de gado e agricultura de fumo,

mandioca, maracujá, tem no seu anseio uma população que traz as tradições e características dos romeiros habitantes que aqui chegaram na povoação e colonização desse região.

Hoje, Santo Antônio tem uma população aproximadamente de 1500 habitantes, onde 90% desses dependem do trabalho agrícola. Tem duas escolas municipais de ensino fundamental, da 1a a 4a série, onde uma dessas escolas do povoado é uma das mais antigas do município, outra construída na administração de José Vieira Filho está desprezada, praticamente destruída. Mais de 90% da população é católica apostólica romana, quase não existe pessoas que pertençam a outra religião, e isso é explicado na tradição desse povo em preservar as suas características próprias, pois a religião é passada de pai para filho, e assim por diante, não dando passagem para outros cultos religiosos.

O mesmo acontece com a política por ser berço de alguns coronéis que tiveram influencia na política local. Ainda cultural aquela política passada por seus familiares. Hoje, se alguém pertence a algum grupo político, deve-se a herança deixada pelos seus avós, pais, etc. Assim, deixando os seus moradores com suas características próprias, em relação a política, o que não difere do pensamento dos demais povoados de Lagarto, e também do meio urbano, pois já é do conhecimento de todos que nossa cidade tem características próprias em relação a sua formação política.

Levando em consideração a todas essas tradições religiosas, políticas e culturais dessa comunidade, fez dela de sua população, um jeito diferente de ser. Tradições são preservadas não por ser bonito o ato de preservá-las, mas tão somente são coisas deixadas com o legado por seus antepassados, como forma de vivência de uma sociedade que soube, através dos tempos, ter uma imagem própria.

No decorrer do início da povoação até os dias atuais, esse lugar teve poucas mudanças, embora preserve ainda em sua memória todas essas tradições e modo de vida, a presença do poder público foi ausente no que diz respeito as suas atribuições administrativas, não só na questão de preservar aquilo já existente, mas como em resgatar aquilo que não está em nosso meio, mas a memória do nosso povo diz aquilo que nós queremos ver e passar para

prática do dia-a-dia. Cabe ao poder municipal esse papel de apoiar, de dar subsídios essenciais para a formação cultural da sociedade, que diga-se de passagem, berço da nossa sociedade lagartense.

Todo esse sentimento memorial, esse sonho de ver o local onde se deu a origem de nossa cidade, de vir a ser um dia um lugar de referência regional. Somo sim a favor de sentimento próprio, de preservação embora não somos correspondido pelo poder público, pois não está imbuído em preservar e resgatar a cultura do nosso município. Talvez seja a “política do faz, derruba”, ou seja, quando um faz, o outro vem e derruba, por questões políticas ou mesmo por não ter uma formação cultural tão necessária para uma desenvoltura predominante crítica naquilo que é mais importante, no que diz ao patrimônio histórico e cultural e os lugares onde esses estão situados. Santo Antônio e seu povo aguarda ansiosamente que os próximos gestores tenham uma formação cultural mais desenvolvida, dando assim uma cena mais nova e invejável na vida cultural de nossa sociedade.

4 A CRUZ DAS ALMAS: SUCESSOS E INSUCESSOS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE LAGARTENSE

O patrimônio histórico ou os chamados bens culturais, que englobam toda sorte de coisas, objetos, construções, patrimônio ambiental, etc., vem de uma certa forma, definir característica própria a região onde está situado esse patrimônio histórico. Toda essa convivência de uma sociedade que traz através dos tempos, esse modo de construir, de colocar no seu ambiente natural, o que gosta ou até mesmo o que não gosta, mas preciso para uma conjuntura de real em sociedade.

O que seria de uma sociedade de que não preservar suas tradições, ou deixar tudo para traz, como se nunca precisasse mais tarde. Seria muito ruim, pois a não preservação dos momentos históricos, das construções e ambientes considerados pela sociedade ou por órgãos ligados ao poder público encarregado de dar uma vida útil a esses patrimônios sem o axismo de achar que as coisas acontecem, ou esses cuidados sempre estarão aos cuidados dos outros.

O mesmo país, em especial as cidades consideradas históricas, são um arquivo aberto nesta questão patrimonial cultural, deixadas por nossos antepassados, essas tragédias religiosas (construções, imagens sacras, pinturas, etc.), deixa aos nossos olhos essa maravilha de arte , ambas utilizadas dentro da dependência e nos templos religiosos. As construções públicas e privadas que deixaram uma característica européia e muitas das vezes próprias ao longo dos anos, da civilização, que diga-se de passagem, é muito recente, mas deixou uma imensidão de igrejas, imagens e construções, que lembram o homem em plena idade média. Os museus espalhados por todo o país guardam os objetos pessoais das pessoas que aqui passaram, ou daquelas que viveram aqui, as pinturas, esculturas, feitas por nossos artistas e trazidas de outros países não deixando o patrimônio ambiental, pois o nosso

país é rico, tem uma diversidade de áreas consideradas patrimônio da humanidade.

Por isso, o nosso Brasil é considerado por muitos, um dos países onde está o maior acervo cultural, tanto em patrimônio histórico cultural, mas na sua imensidão ambiental. Essas maravilhas espalhadas nas diversas regiões, vem dar uma tonalidade de diferente ou uma imagem própria aos nossos acervos culturais e ambientais. Vivenciando essas artes está toda uma sociedade imbuídas na questão de utilizarem de forma coerente e crítica ou mesmo indiferente a tudo isso ficando por fora dessa cultura de tradições tão salutar para uma visão crítica.

Os pesquisadores e os estudiosos da área terão uma ampla diversidade de acervos culturais, que trarão sem dúvida para a sociedade acadêmica e a sociedade em geral, as melhores condições de interpretar, de elevar esses bens culturais ao seu devido lugar, por outro lado, esses bens culturais além de servirem em pesquisas acadêmicas e científicas terão um campo amplo no que diz admiração, salientar para uma sociedade que tanto clama por tradições deixadas por uma sociedade ou mesmo por pessoas que no conhecimento de sua arte, fez aquela maravilha de patrimônio, além de incentivar o turismo histórico muito comum em nossa sociedade.

A nossa região também se enquadra no que diz patrimônio histórico e cultural, talvez não tenha a mesma dimensão, como em outras regiões do nosso país, mas, diga-se de passagem, não fica muito atrás dessas regiões, pois tem um acervo histórico considerável, deixando a nossa região Nordeste, e em especial, o nosso estado, por ter importantes locais de visitação pública, levando o turismo cultural do nosso estado alavancar, como já acontece em outros locais do país, muito importante para o acontecimento cultural e histórico, tão divulgado nos meios de comunicação e nos meios acadêmicos, precisando ter uma participação maior da sociedade.

Falando de patrimônio histórico local, talvez à primeira vista não nos interessamos em dar ênfase merecida, para qual a situação requer principalmente das pessoas que estão imbuídas na pesquisa. No outro lado dessa visão, ofuscada, vamos adentrar mais para a questão patrimônio histórico de nossa cidade. Sabemos que não é considerado histórico o

patrimônio da humanidade, apesar que, em 1575, os portugueses já estavam em nossas terras e a colonização foi freqüente nos anos seguintes, mas, as construções deixadas por esses primeiros habitantes de nossa região foi demolida ou desprezada pelas pessoas que vieram nos anos seguintes. Outros foram construídas de forma mística e não resistindo ao passar dos séculos para chegar nos dias atuais intactos.

No local da Tapera de São Tomé, havia apenas três cruzeiros que resistiram ao tempo, deixando aquela área conhecida como Cruz das Almas, acontecimentos que marcaram muito no início da nossa colonização, com o massacre dos índios que aqui viviam. Essas cruzeiros simbolizavam esse massacres acontecidos nesse local, levando a estudiosos assim, interessar pela pesquisa, como também na preservação daquelas áreas para que as tradições deixados por nossos antepassados, não seja dilapidado pela natureza ou desapareça totalmente sem deixar nenhum vestígio para que gerações futuras não tenham o mesmo prazer de ver naquela área, um momento histórico, ou seja, um fato histórico ocorrido ali.

Pouco mais da metade do século XX, a comunidade vendo aquele local caindo no esquecimento e totalmente desprezado, solicita as autoridades gestoras do poder público municipal que fizesse naquela área, uma limpeza ou mesmo uma praça para dar um aspecto melhor àquele local, se engajava a essa luta o estudioso e historiador de nossa cidade, Adalberto Fonseca, vendo aquele local caindo no desprezo, fez vários pedidos ao prefeito municipal para que construísse naquele local um monumento que simbolize o ponto de início de nossa cidade, no local da Tapera de São Tomé, após várias solicitações, foi atendido, o prefeito municipal da época, mandou construir no local um monumento, edificado como marco inicial da colonização de nossa cidade, na antiga Tapera de São Tomé, lugar onde acontece as batalhas travadas pelos colonizadores com os índios Kiriris, inaugurado em 20 de abril de 1972, na então administração do prefeito José Ribeiro de Souza (o Zé Coletor).

O governo municipal de José Ribeiro de Souza (1971-1973), Aliança Renovadora Nacional (Arena) que a nível nacional deve sustentação ao governo militar que tomou o poder em 1964, por golpe militar. Embora no município de não teve grandes repercussões da revolução, nem dos seus atos

repressivos, o prefeito José Ribeiro de Souza, era o homem pacato, que saiu de família tradicional da política local, os Ribeiros. Sua gestão foi curta, teve apenas duração de dois anos, mas deixou obras que até hoje repercutiu no município, a exemplo do marco histórico Cruz das Almas.

Marco histórico Cruz das Almas, edificado na gestão do então prefeito José Ribeiro de Souza, o Zé Coletor. Essa obra foi um anseio da comunidade e do historiador Adalberto Fonseca, que reivindicava que construísse no local uma praça e um monumento que simbolizasse o início da colonização das terras de Lagarto. No início da construção, foi estendido a área, o fazendeiro deu um área que ficava ao lado, a parte arquitetônica do marco ficou com o historiador Adalberto Fonseca, os custos e construção a carga da prefeitura do município de Lagarto.



Depois de inaugurado, sempre na comemoração do aniversário de Lagarto, no dia 20 de abril, de cada ano realizava-se todas as comemorações festivas no local, com o hasteamento à bandeira, com o hino nacional banda de música, palestra com o historiador Adalberto Fonseca e pronunciamento de políticas locais e do excelentíssimo prefeito da cidade, que contamos com a presença de toda comunidade, dos estudantes das escolas do município, do Tiro de Guerra e de toda população, cuja comemoração dava entoamento de comemoração cultural, tradições que levavam o povo a ter no semblante a consciência de preservar tudo aquilo que seja de tradicional e que eleve a

comunidade ao papel de destaque quanto ao nível local e regional. Os anos se passaram e as comemorações não tiveram a mesma repercussão que as mesmas que antecederam a sua inauguração. Assim como ocorre em cidades que não tem um departamento de cultura que toma conta do patrimônio



histórico e de gestores que nada tem haver com a cultura e tradições geralmente geradas pela comunidade ou por pessoas que a fim passavam deixando seu passado tão útil para nós e para os que virão pela frente.

Marco em 1978

e

Marco em 2008

(Acervo – Floriano Fonseca)

A partir da administração do então prefeito José Rodrigues dos Santos, o Zezé Rocha (1989-1992), as coisas já não vinham andando muito bem, cabendo a ele tirar as festividades do marco histórico para o centro da cidade na Praça da Piedade e a missa dessa feita foi passada a rezar na igreja da comunidade do Santo Antônio, mesmo com o repúdio da comunidade, o excelentíssimo prefeito nada fez para que pudesse modificar esse ato irresponsável descaracterizando assim as festividades em comemoração ao aniversário da cidade.

Assim continuou nos anos seguintes, o marco caiu no desprezo, a área foi alterada, tiraram as cruzeiras que ficavam atrás da edificação, as pedras que se arrumavam através dos tempos foram retiradas, caindo assim em desprezo geral. Mesmo com reivindicações de moradores da comunidade para a preservação daquele local, os administradores não deram a mínima atenção, e a resposta deles foi tirar as festividades para a sede da cidade, contrariando os moradores que queriam sempre que as festividades fossem realizadas no povoado.

A comunidade e o marco histórico teve sempre uma relação de afinidade, a comunidade teve sempre o cuidado de preservar aquele local. Basta dizer, logo após a sua inauguração, um casal de moradores ficou imbuído de cuidar daquele local. Eles não tinham nenhuma remuneração, mas cuidavam daquele local como se fosse sua própria casa. No ano de 1973, chegaram aquele local ciganos (pessoas de vida nômade) e queriam se alojar naquele casal, o casal posicionou-se contra, contrariando os ciganos que partiram para a agressão contra o casal, ocasionando a morte dos dois e um ferido por parte dos ciganos. A comunidade sempre teve o cuidado de zelar pelo bem público, como também daqueles considerados patrimônio histórico, não tendo uma resposta satisfatória por parte dos gestores municipais, desprezando a comunidade e não ouvindo o clamor da comunidade, para que preservasse não só o marco histórico, como também a igreja do povoado, sendo ela o mais antigo do interior da cidade de Lagarto. Os moradores sempre tiveram o cuidado de preservar não só os bens públicos, como também as tradições, colocando o povoado sempre em destaque em relação aos outros municípios.

As tradições religiosas que são preservadas desde as suas origens, como as trezenas de Santo Antônio em louvor ao santo padroeiro, o folclore que é típico do povoado. A cavalhada, que foi realizada até o início dos 70, não tendo incentivo das autoridades, veio a cair no esquecimento, e outras tradições, que de certa forma deixam uma característica marcante para predominância das tradições culturais e artísticas tão salutar para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

O novenário de Santo Antônio, realizado de 01 a 11 de junho de cada ano, completa as tradições, tanto de caráter religioso, como também nas suas

festividades, lembrando as vezes, os cantos na idade média. As imagens ainda são as primeiras chegadas ao povoado, resistindo até mesmo a ladrões, por ser considerada histórica, tem o seu valor alto no mercado negro.

O monumento Cruz das Almas tem sua relação com a comunidade, não só identificada com a sociedade, que tem passado muito haver com a história do município, como também por ser aquela área muito marcante para a história, lembrando talvez o que a oralidade já foi dispensado através dos tempos. É preciso sim que as medidas sejam tomadas para a sua preservação, evitando que, no futuro próximo esse bem patrimonial venha desaparecer, pois se tomarmos cuidados urgentes, diante da despesa do governo municipal, não faz nenhuma proposta de recuperação e preservação para aquele bem histórico tão importante para história da cidade. Os pedidos são muitos, tanto pela comunidade como pelas pessoas ligadas a área histórica*, para com aquela área, não só para a conservação, como também faça a restauração do monumento e serviços de urbanização ao redor do monumento Cruz das Almas, sendo assim possível a preservação sem descaracterizar aquela área como já aconteceu em que pessoas ligadas a prefeitura local, tiraram as pedras que serviam de suporte as três cruzes, esses mesmos ficavam logo atrás do marco histórico, esse considerado um desrespeito com aquela área e com os moradores daquela comunidade.

A atual gestão do prefeito José Rodrigues dos Santos (2004-2008) nada mudou com os cuidados e preservação dos bens históricos, ficando esse acervo cultural a mercê do desprezo, muitos precisando de reparo urgente, mas nada foi feito para que esse panorama de incerteza e despreparo com a coisa pública e com a história do município. Assim, continua o desprezo com o arquivo municipal, e outros prédios públicos dignos de preservação, a esperança daqueles que tratam do patrimônio e zelam é que algum dia outros gestores virão, com a mentalidade mais aberta e imbuídas no controle externo e interno para dar suporte a futuras restaurações e conservação dos nossos patrimônios.

Alguns comerciantes e empresários também já estão engajados a

* Professores, estudantes de história, pesquisadores acadêmicos e estudantes de maneira geral.

exemplo de Railton Faz, que já se prontificou em dar a sua parcela de contribuição, ao fechar acordo com a prefeitura local para preservar e conservar o monumento Cruz das Almas, esperamos que outros empresários tomem decisão idêntica em fazer uso de uma pequena parcela de sua renda em contribuição a esses atos culturais.

Assim, com grande participação popular, quem sabe mais tarde os políticos não abram o olho e se voltem para aquilo que é de extrema importância para a cultura de uma sociedade, quem sabe amanhã não estaremos falando de forma diferente em que tudo mudou e os nossos acervos históricos estão bem cuidados para contribuir em muito com a nossa história e de futuras gerações.

5 CONCLUSÃO

Ao fazermos a análise dos conceitos diferentes ao patrimônio e as reflexões sobre identidade e memória, no seu universo de medidas que venham recuperar ou preservar os patrimônios históricos, os processos preservacionistas acionados em nosso país está em sintonia com as políticas internacionais de preservação e proteção dos bens culturais, mas enfrentam alguns obstáculos a medida que associe a preservação do patrimônio histórico e a memória social ao desenvolvimento da sociedade no que diz respeito ao crescimento urbano.

São essas e outras dificuldades que se faz necessário ações concretas, e na sempre observância quando se trata em patrimônio, a promulgação de leis e decretos necessários e eficientes para as modalidades preservacionistas. Também ocasionam desequilíbrios regionais e na sociedade respectivamente. Portanto, se faz necessário não ignorarmos tais obstáculos, às vezes por questões financeiras, burocráticas ou pela simples ignorância política. É sempre necessário fazer um conjunto de ações originando-se em projetos políticos, historicamente constituídos, tão necessários aos bens dignos de perenidade ou todos aqueles bens considerados históricos.

As medidas tomadas e as leis voltadas para a defesa dos bens históricos tem vivenciado um avanço no campo da preservação do patrimônio histórico em nosso país, tais fundamentos acarretaram em vários prejuízos para o acervo histórico, e formaram essas práticas iniciais, e os que acabaram em prática e expropriação cultural de boa parte da população, as vezes não se vê contemplada nos majestosos exemplares de arquitetura religioso do nosso país.

Temos a convicção de que as medidas a serem tomadas e implementadas na questão patrimonial deve partir da participação da comunidade em seus diversos aspectos para só depois se trabalhada pela parte devidamente aparelhada e munida de leis que especificam os bens

reconhecidos como o merecedores de cuidados e preservação.

Todas essa seleções dos bens patrimoniais a serem tombados se faz necessário a participação pública que devem ter integrado aos marcos ou monumentos ambos deve ter reconhecimento dos mesmos para que possam estar inseridos. O debate em todos os níveis para que possa ser arrolados os interesses de ambos as lendas para não tivermos as suas características identificatória com patrimônio histórico.

Essas políticas de conservação devem ter o envolvimento das comunidades para tal deverão está imbuído nessas iniciativas de preservação. Sendo assim, não será necessário amanhã termos de voltar atrás naquilo que construímos e defendemos nesse panorama tão problemático na questão política-social e a questão patrimonial em todos seus aspectos que de certo irá contribuir em muito para que possamos ter compreensão maior a cerca do patrimônio histórico.

Vejamos nosso município que ainda se arrasta essa questão patrimonial e referente as leis que tratam da preservação do patrimônio histórico. Ainda não foi necessariamente discutida e debatida pela sociedade lagartense, embora não tenhamos muito tempo para esse debate, os bens considerados históricos de nossa idade estão desprezados, merecendo uma participação maior de nossa sociedade, haja visto as políticas no que diz respeito aos gestores municipais, não tenha dado mínima importância para a preservação ou leis que venham resguardar esse acervo histórico.

O marco Histórico Cruz das Almas é um exemplo disso, encontra no desprezo há mais de dez anos e nenhum ato público foi visto durante esse período, levando a entender que esses políticos ou não tem cultura e criatividade para tornar as medidas que se faz necessário ou são outros costumes e práticas da política de nossa cidade, o que não pertence a ele, não merece os cuidados deles, levando ao desprezo todos os prédios públicos ou construções monumentais que simbolizam o passado histórico, muitos deles estão sendo demolidos como é o caso de muitos casarões, dando espaço para construções novas, descaracterizando, de certa forma, o nosso passado.

Cabe a sociedade em geral, o empenho no sentido de mudar esse

direcionamento dos políticos locais e essa política de fazer e não sendo de interesse do grupo ao tomar o poder derruba, assim como as construções consideradas, acervos culturais da nossa sociedade está sendo desprezado, de forma proposital, por ter sido construído por pessoas ligadas a outro grupo político. Até quando a nossa sociedade vai se permanecer calada ou indiferente a essas medidas tão cruciais e prejudiciais a nossa memória.

Ficaremos contentes se algum dia, as leis necessárias para a conservação vem sendo de fato, não apenas da palavras de algum, político interessado, em questões próprias ou particulares e venham dar um novo direcionamento as questões de patrimônio histórico, aguardamos a sua compreensão, na forma em ajudar cada vez mais na inclusão e adoção de práticas sociais, de conservação, permanecendo sempre o ideal característico do mundo atual, o conservadorismo dos bens culturais.

Dessa forma, a nossa cidade entraria no ranking das demais cidades, que tem o cuidado dar um direcionamento melhor ao patrimônio histórico, haja visto, o nosso patrimônio é bem restrito, imagine se não preservarmos para futuras gerações, não sofrer na pele o descaso de outrora, ou mais, os nossos acervos históricos desaparecem completamente sem deixar nenhum vestígio, o que origina-se em uma sociedade sem identidade cultural.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ENTREVISTAS

Maria Laurinda das Chagas (Dona Odete – 12.04.2008).

José Macário de Santana – 12.04.2008.

José Lourenço do Nascimento (José Baubaco) – 12.04.2008.

João Bernardo de Santana – 14.04.2008.

Floriano Santos Fonseca – 22.04.2008

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

CAMARGO, A. História oral e política. *In*: MORAES, M.de. História oral. Rio de Janeiro: Diadorim, FINEP, 1994.

DANTAS, Ibaré. História de Sergipe: República (1889-2006). Rio de Janeiro: Tempo brasileiro 2004.

FONSECA, Adalberto. História de Lagarto. Lagarto: 2002.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992. ONG, Walter J. Oralidade e cultura escrita. Campinas: Papyrus, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades. São Paulo: Autêntica, 2001.

THOMPSON, Paul, 1935 – A Voz do Passado: História Oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ANEXOS

ENTREVISTA I

Entrevistado: Maria Laurinda das Chagas (Dona Odete – 12.04.2008)

Residência: Povoado Santo Antônio

1. Como era aquele local antes da construção do marco Cruz das Almas?

Bem grande, muito mato e pedras no local, que colocava na cruz, havia também uma moita, por detrás das cruces, construído na administração de Zé Coletor.

2. Como se deu a construção do marco Cruz das Almas?

Foi o prefeito que fez, na administração de Zé Coletor.

3. A comunidade gostou da construção.

Demais, achou muito bonita, para a comunidade.

4. Como você vê o desprezo pelo poder municipal para aquele local?

Pegaram, construíram um globo muito bonito. Ele era lindo todo, pela comunidade que não deu importância e os prefeitos que desprezaram.

5. Sobre a questão política.

Eu acho que não houve desprezo pela política, e sim pelos governantes que estão no poder.

6. Sobre a igreja da comunidade.

Construíram uma capelinha no início da povoação, desmancharam a primeira igreja, depois da capelinha anterior, construíram outra igreja e derrubaram e fizeram esta.

ENTREVISTA II

Entrevistado: José Macário de Santana – 12.04.2008

Residência: Povoado Santo Antônio

1. O senhor é filho da comunidade?

Eu nasci nesse sítio e nunca sai, saí apenas para São Paulo, e para casa de meu compadre. Meu pai, meus avós, também eram filhos daqui.

2. Como era antes da construção do marco Cruz das Almas.

Era mato, tudo mato, onde viviam os índios.

3. Como se deu a construção do marco Cruz das Almas?

Foi o prefeito Zé Coletor.

4. A comunidade gostou da construção?

Gostou, se fizeram gostaram. Tinha energia, um globo em cima, quem cuidava era o finado João da Pedra. Quando mataram o finado João da Pedra, ficou no desprezo.

5. Como você vê o desprezo pelo poder municipal com aquele local?

Foi questão política, não fizeram nada até o fazendeiro agora tomar parte da terra onde fica o marco.

6. Sobre a questão política.

Foi a questão política, o grupo Saramandaia que desprezou o local.

7. Sobre a igreja da comunidade, a antiga capela.

Tava melhor do que está agora.

8. Para o senhor, a igreja dava para ter restaurado?

Podia deixar, dava sim para ser reformada.

9. Para o senhor, a igreja precisava de reparo?

Quando tinha precisão fazia reparo, o finado Tertino era que fazia esses reparos.

10. Sobre o pé de tamarindo.

Do mesmo jeito que você via, aqueles que existia era muito velho. Meus avós, meus pais alcançaram aquele pé de tamarindo. Meus avós foram enterrados ali, dentro da igreja.

ENTREVISTA III

Entrevistado: José Lourenço do Nascimento (José Baubaco) – 12.04.2008

Residência: Povoado Santo Antônio

1. O senhor é filho da comunidade?

Nascido aqui, criado aqui, sou sergipano todo inteiro. Meus pais, meus avós, tudo filho daqui. Só meu pai que não era filho daqui.

2. Como era antes da construção do marco Cruz das Almas.

Mato, só tinha o trio da estrada, o resto era tudo matagal. Existia as luzes mais dentro do mato.

3. Como se deu a construção do marco Cruz das Almas?

Foi o prefeito José Ribeiro de Souza.

4. A comunidade gostou da construção?

Bastante. Aquilo ali ficou aos cuidados dos meus parentes.

5. Como você vê o desprezo pelo poder municipal com aquele local?

Naquele tempo atrasado, só uma ruma de padre e as cruces de cima, através dos prefeitos que desprezaram enquanto Zé Ribeiro tomava de conta tava bom, quando ele deixou, desprezaram.

6. Sobre a questão política.

Não. O outro prefeito tomou de conta mas não zelou, até que os atuais vieram a desprezar totalmente.

7. Sobre a igreja da comunidade.

Eu era menino, a igreja antiga que tava ali, era bem feita, tinha de tudo, a parte da frenta era virada para o cruzeiro.

8. Para o senhor, a igreja dava para ter restaurado?

Dava, não precisava derrubar.

9. Para o senhor, a igreja precisava de reparo?

Precisava de reparo, mas não precisava derrubar, era toda na coluna.

10. Sobre o pé de tamarindo.

Caiu de velho, desde que eu me conheço que alcancei aquele pé de tamarindo ali. Meus pais, meus avos conheceram, é velho.

ENTREVISTA IV

Entrevistado: João Bernardo de Santana – 14.04.2008

Residência: Povoado Santo Antônio

1. Como era a Cruz das Almas antes da construção do marco?

Era tudo mato.

2. A quanto tempo o senhor mora no Santo Antônio?

Sempre morei aqui no povoado, desde que nasci, vou fazer 86 anos.

3. O senhor ouviu dizer que aqui foi habitado por índios?

Já. Algumas pessoas falaram e meu avô contava sobre esses índios.

4. Como chamavam esses índios?

Os Kiriris. Eu acho que é esse o nome.

5. Sabe dizer de alguém daqui ser parente de índio?

Não.

6. É verdade que existia uma capela aqui e Dom Mário mandou derrubar.

Tinha e ele mandou derrubar.

7. Essa capela ficava perto da atual?

Ficava ao lado.

8. Essa história sobre o pé de tamarindo?

Já existia há muito tempo, era muito antigo.

9. O senhor alcançou quem plantou ali?

Não. As pessoas mais velhas falaram que quando nasceram ele já estava ali. Eu me lembro do finado Benigno que tratava daquele pé de tamarindo.

10. Sobre a Cruz das Almas.

Foi da época de Zé Coletor filho.

11. Chegou a participar da inauguração?

Sim, sempre no mês de abril teve festa.

12. Sobre a Cruz das Almas, o senhor conhece algum caso.

Era muito desprezado, muito esquisito para morar lá tinha que ter cabelo no peito.

13. Conhece algum caso?

Conheço o de Zé de Felipe, muito perverso, se escondia lá.

14. Seus pais ouviram dizer porque ali nasceu Lagarto?

Viu, porque foi o início da cidade.

15. É verdade que ali chegaram os jesuítas?

Os padres, ouvi falar.

16. O senhor alcançou santas missões no povoado?

Alcancei, sempre tinha santas missões.

17. Lembra de algum frade ou padre?

Não, mas eles passavam a semana aqui.

18. Sobre a cruz de Adolfo, o senhor alcançou esse caso?

Não me lembro de nada.

19. E quando o senhor era menino?

Só tinha festa em Lagarto.

20. Senhor João Bernardo, a gente agradece a sua participação. O senhor quer falar mais algum caso.

Os ciganos passaram por aqui, logo depois da construção do marco e foram em direção a Cruz das Almas, e quiseram se arranjar naquele local, mas foi impedido pelo casal que morava lá, entrando em confronto com os ciganos, ele baleou um cigano e depois foram mortos pelos ciganos.

ENTREVISTA V

Entrevistado: Floriano Santos Fonseca – 22.04.2008

1. Você conhecia aquele local antes da construção do marco?

Conhecia, foi meu pai que teve a idéia da construção.

2. Você é filho do saudoso Adalberto Fonseca, como ele contava.

Meu pai já sabia daquele local, então ficou sabendo por uma ex-escrava que morava na fazenda de Xixi Almeida, ela começou a falar sobre a Cruz das Almas.

3. Como foi o pedido pelo seu pai ao prefeito daquela época?

Naquela época ele gostava do trabalho de meu pai.

4. Tudo leva a crer que os cuidados daquela época eram grandes?

Naquela época a fazenda pertencia a Mané Dentista, mandou afastar a cerca para construir o marco.

5. Para você, o desprezo do marco veio depois de Artur Reis?

Até Artur ainda teve evento ali, só depois as coisas andaram para trás.

6. Para você, ali marca a presença dos conquistadores?

Marca, na verdade, segundo meu pai, a presença dos conquistadores em terras de Lagarto.

7. Você acha que algum dia aquele marco venha a ser tombado?

No meu ponto de vista, acho que a comunidade tem culpa nisso, eu acho um descaso político, a comunidade que continua inerte, não fazendo nada para o futuro reconhecimento.

8. Floriano, como você vê o desprezo pelos gestores públicos?

Uma falta de consciência pública, durante os anos 70, aquilo foi valorizado, a partir dos anos 80 foi desprezado, para mim, a retirada da pedra foi um ato criminoso.

9. Você não acha que com a construção do corredor histórico, o prefeito não vem a desprezar o marco?

Não, faz parte do projeto, apesar que eu acho que não vai fazer muita coisa em tão pouco tempo. Apesar do povoado ser um berço de muitas tradições.

10. Cultura e tradição é o ponto fundamental em uma sociedade. Como você vê a relação comunidade e os gestores municipais.

A melhor das comunidades de Lagarto. Se você ver os assentamento dos sem-

terra em Santo Antônio, é bem organizado. Essa valorização sobre o aniversário da cidade virou a micareta. Esse ano, começou a fazer o resgate e eu não vi a participação da comunidade.

11. A comunidade teme pelo desprezo do marco? Que algum dia venha a desaparecer daquele local.

Para mim, apesar de ser construído por iniciativa de meu pai, os verdadeiros símbolos históricos já foram retirados do local, que foi a pedra e as cruzes.

12. Com relação a igreja e o pé de tamarindo?

O pé de tamarindo foi uma ação da natureza, enquanto a igreja foi uma decisão pessoal do padre.

13. E aquele cruzeiro?

Eu não vejo nenhuma importância, aquele cruzeiro é novo.

14. Então você acha, sempre achou, que o que está acontecendo com aquele marco é culpa da comunidade?

Seja o gestor, foram as pessoas que tem poder, tiraram as pedras e a comunidade de não reagir, assim pode acontecer com outras coisas.